

ACTA Nº 8/2005

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CINCO

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Barrancos e Salão Nobre dos Paços do Município, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os senhores Emílio Carvalho Domingues, presidente da mesa, Francisco António Florido Côco Oliveira, 1.º secretário, João António Carvalho Gonçalves, 2.º secretário, José Carlos Fernandes Durão (PS), Manuel Baleizão Chamorro (CDU), Mário Francisco Álvares Cavaco (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Rosa Jordão Sesinando Ramos Pinto (PS), António Luís Oliveira Fialho Alcario (CDU), Marcos David Marcelo Fretes (PS), Vânia de Jesus Torrado Reganha (CDU), Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS), Hernâni Reinaldo Marques Alcario (CDU), Manuel Torrado Marcelo (PS), André Elvira Carvalho (CDU e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos) e a senhora Maria Margarida Alcario Burgos chefe da DAF, comigo, Francisco José Pelicano Rúbio, assistente administrativo especialista da DAF/SPEGA, servindo de secretário, teve lugar a quinta sessão ordinária de 2005, deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 45/2005, de 19 de Dezembro.

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença, do senhor presidente, António Pica Tereno, da senhora vice-presidente, Isabel Catarina Caçador Sabino e dos senhores vereadores, António Manuel Durão Gavino (CDU), Nelson José Costa Berjano (PS) e Francisco José Nunes Gabriel Bossa (PS).

FALTAS: Registou-se a falta do membro Nuno do Carmo Gavino Baleizão (PS), que até à presente data não justificou a sua falta, considerando-se esta injustificada, caso não apresente justificação dentro dos prazos legais.

ABERTURA DA SESSÃO: O senhor presidente da mesa, depois de verificar as presenças dos membros da assembleia e da câmara municipal, declarou aberta a sessão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 22/10/2005, (1.ª REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO): A acta da sessão de 22/10/2005 (ordinária), foi aprovada por unanimidade.

2 - APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE DIVERSO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS QUE A MESA CUMpra PRODUIR:

O senhor presidente da mesa, deu conhecimento a assembleia do expediente recebido, encontrando-se o mesmo em arquivo, nomeadamente:

- a) Da circ. n.º 123/2005-CO, de 30/09/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 139 da ANMP;
- b) Da circ. n.º 131/2005-AG, de 25/10/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006;
- c) Da circ. n.º 130/2005-CO, de 31/10/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 140 da ANMP;
- d) Da circ. n.º 137/2005-PB, de 04/11/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Encontro Nacional de Eleitos Locais;
- e) Da circ. n.º 552/DASC, de 11/11/2005, do Conselho Municipal de Educação – Assunto: Convocatória para Sessão Plenária 6ª Sessão (Extraordinária) de 24/11/2005;
- f) Da circ. n.º 553/DASC, de 11/11/2005, da CPCJ de Barrancos – Assunto: Designação de Elementos para Comissão Alargada – Mandato Autárquico de 2005/2009;
- g) Da circ. n.º 142/2005-AG, de 17/11/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Encontro Nacional de Eleitos Locais;
- h) Do ofício n.º 574, de 25/11/2005, da CPCJ de Barrancos – Assunto: Designação do novo Presidente da CPCJ de Barrancos;
- i) Do ofício n.º 577-G/1-148, de 24/11/2005, da Assembleia Distrital de Beja – Assunto: Acto de Instalação da Assembleia Distrital para o próximo quadriénio – Convocatória para a Sessão Ordinária de 15/12/2005;
- j) Da circ. 145/2005, de 29/11/2005, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de documentos para o XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- k) Do ofício n.º 8229, de 23/12/2005, da Câmara Municipal do Alandroal – Assunto: Envio de Moção sobre a Eleição de Comissão Permanente do Conselho da Região.

3 - CONSTITUIÇÃO DE GRUPO MUNICIPAL: De acordo com o disposto no artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal de Barrancos, foi entregue ao presidente da mesa uma declaração a qual referia a intenção de se constituírem como Grupo Municipal os seguintes membros: Francisco António Florido Côco Oliveira (CDU), Vânia de Jesus Torrado Reganha (CDU), António Luís Oliveira Fialho Alcario (CDU), Hernâni Reinaldo Marques Alcario (CDU), Manuel Baleizão Chamorro (CDU), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU) e André Elvira Carvalho (CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Barrancos).

Assim, a partir da presente data, ficam constituídos como Grupo Municipal, adoptando para tal a designação de “Grupo da Coligação

Democrática Unitária – CDU”, sendo a respectiva direcção assegurada pelo Sr. André Elvira Carvalho.

(Doc. um da pasta anexa)

4 - PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Seguidamente, antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do regimento da Assembleia, o senhor presidente anunciou a abertura de inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público. Não se registou qualquer inscrição por parte do público presente.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA

CÂMARA: Ao abrigo da alínea e), n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente e apreciada a informação escrita e assinada pelo senhor presidente, complementada com uma exposição detalhada de todos os assuntos, designadamente:

1 – Dia 4 de Novembro – Participamos em reunião na CCDRA – Núcleo de Beja, com o coordenador Eng. Ventura Lopes, com a Dr.ª Teresa Costa do PorAlentejo e Eng. Grade dos Santos director do GAT de Moura, para fazer o ponto da situação dos vários projectos deste Município que estão pendentes ou em curso, alguns a aguardando decisão por parte do PorAlentejo. Por exemplo: Cine-Teatro/Auditório Municipal; Parque de Feiras e Exposições; Reabilitação Urbana 2.ª fase; parque Empresarial e outras.

2 – Dia 8 de Novembro – Tivemos uma reunião alargada, com o Governador Civil, Câmaras Municipais, Comandantes dos Bombeiros e Comandos do Exército, GNR, e PSP do Distrito de Beja para apreciar, discutir e formular propostas relativas aos ante-projectos que o Governo apresentou no âmbito da Protecção Civil.

3 – Dia 10 de Novembro – Reunião com o Dr. Pina Manique – coordenador da ARS-Subdelegação de Beja para tentarmos encontrar uma solução para o problema dos médicos e visando resolver a questão do atendimento permanente no Centro de Saúde de Barrancos.

4 – Dia 11 de Novembro – Reunião na DGOT-Évora com a respectiva Directora Arquitecta Margarida Cancela de Abreu, para tratar da alteração do PDM em curso bem como da candidatura para um GTL, tendo em vista dotar o Município dos Serviços Técnicos em falta.

5 – Dia 29 de Novembro – Reunião alargada das Câmaras Municipais do Alentejo com o novo Presidente do IPPAR, Dr. Elísio Sumavielle, onde tivemos a oportunidade de alertar para a necessidade de alargamento do prazo para as obras na Torre e muralhas do Castelo de Noudar (projecto candidatado ao INTERREG – III).

6 – Dia 7 de Dezembro – Reunião com a Presidente do Conselho de Administração da ARS-Alentejo, Dr^a Rosa Valente onde tivemos a oportunidade de apresentar a nossa proposta de alargamento do horário de trabalho dos médicos no Centro de Saúde de Barrancos e de atendimento permanente no mesmo. Fizemos também o ponto da situação em relação ao novo Centro de Saúde.

7 – Dias 9 e 10 de Dezembro – Congresso Nacional dos Municípios Portugueses no Porto, e em que estiveram presentes: o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia em representação do Município.

Este Congresso foi eminentemente electivo, sendo o próprio Presidente da Câmara de Barrancos eleito para o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios. Foram também tratados e aprovados os relatórios de Actividades 2003-2005 e as Linhas Gerais de Actuação 2006-2009.

8 – Dia 13 de Dezembro – Reunião da Comissão de Acompanhamento do PorAlentejo, em Portel com a presença de representantes da Comunidade Europeia para fazer o ponto da situação do Quadro Comunitário em curso. (Doc. dois da pasta anexa)

Seguidamente, após a intervenção do senhor presidente da câmara, o senhor presidente da mesa, questionou os membros da assembleia se estavam interessados em apresentar alguma questão sobre estes ou outros assuntos.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS), solicitou os seguintes esclarecimentos:

a) Irá avançar o Protocolo, a realizar entre a Junta de Andaluzia e a Câmara Municipal de Barrancos, a propósito do atendimento médico?

b) O município de Encinasola está de acordo com a realização do referido Protocolo?

1- Relativamente à primeira questão o senhor presidente da câmara esclareceu que o referido protocolo a exemplo do que existe entre a CCDRA e a Junta de Extremadura, deveria ser assinado entre a CCDRA e a Junta de Andaluzia.

2 – Quanto à segunda questão o senhor presidente da câmara esclareceu que ambos os municípios estão de acordo e que, com a assinatura do Protocolo, haverá uma autorização para o atendimento dos utentes.

O membro Manuel Baleizão Chamorro (CDU), solicitou o seguinte esclarecimento: se quando existe um projecto para executar uma obra, e na rubrica não existe o montante financeiro suficiente para liquidar a mesma, o executivo é avisado por parte dos serviços competentes?

O senhor presidente da câmara esclareceu que é evidente que deverão ser avisados. Mais, alertou que terão de ser resolvidos todos os problemas financeiros do Município devido ao passivo e para saldar todas as dívidas será necessário recorrer ao crédito.

O senhor presidente da assembleia esclareceu que a dívida do município, a curto prazo é de um milhão e cem mil euros. Existem projectos que não tinham financiamento, foram executados e os encargos foram assumidos pela câmara.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS), afirmou que não há obra sem se gastar dinheiro e dos planos de financiamento das obras realizadas nas várias Ruas da Vila e no Projecto do Cine-Teatro, a câmara tem que receber verbas dos fundos comunitários, não tendo estas nada a ver com as dívidas de tesouraria.

O senhor presidente da câmara esclareceu que, no caso do Projecto do Parque de Feiras e Exposições, foi adjudicado mas não está ainda aprovado o financiamento para este, em sede do PORA.

O membro Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS) disse que se o senhor presidente da câmara afirmou que pagou dívidas, é porque havia dinheiro deixado pelo anterior executivo, o que não aconteceu há quatro anos e que a dívida que existia, também foi contraída por executivos anteriores. Solicitou ainda esclarecimentos acerca dos fundos comunitários a receber, nomeadamente do projecto do Cine-Teatro?

O senhor presidente da câmara esclareceu que a câmara terá que receber aproximadamente quatrocentos e oitenta mil euros do projecto do Cine-Teatro, mas que será difícil, porque desde 2004 não houve qualquer pedido de pagamento à entidade gestora (PORA lentejo), e agora será necessário para desbloquear a situação criada com a apresentação de trabalhos a mais e não cumprimento dos prazos, tanto física como financeiramente que o GAT-Moura elabore um auto de obra, um auto do reinício bem como a calendarização da mesma e a data provável de finalização uma vez que só assim o PORA desbloqueia verbas.

O membro José Carlos Fernandes Durão (PS), disse que os projectos foram candidatados no local apropriado para tal, estando garantida a participação e que este orçamento é continuidade do anterior, da mesma forma que o orçamento de há quatro anos foi continuidade do anterior, não havendo assim nada de novo.

Mais, solicitou se é possível, em relação ao orçamento, elaborar um mapa mais sintético, de forma a facilitar a sua leitura?

A senhora Chefe da DAF Margarida Burgos, respondeu que não haveria qualquer problema em elaborar o mesmo.

O primeiro secretário, Francisco António Florido Côco Oliveira, disse que “concordava com o membro José Carlos Fernandes Durão, acerca da continuidade do orçamento, mas o mais grave, é que o actual executivo vai continuar projectos que deixou há quatro anos”.

Relativamente a esta afirmação, perguntou o membro José Carlos Fernandes Durão, se dos projectos elaborados na altura pelo executivo camarário do Partido Socialista, alguns desses projectos faziam parte dos projectos anteriores ao mandato do Partido Socialista.

O membro Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS), disse que esses projectos não eram de há quatro anos, mas sim de muitos mais anos. Disse ainda que, não concordava que o anterior executivo fosse acusado de tudo o que aconteceu, pois os referidos projectos poderiam ter sido concretizados por executivos anteriores, mas infelizmente não foram e que devido a esse facto nos encontramos hoje mais pobres, nos últimos lugares da Europa e do País.

O membro Francisco António Florido Côco Oliveira (primeiro secretário), quis esclarecer que, não acusou o anterior executivo de todos os males da câmara.

O membro Miguel Pedro Rodrigues Escoval (PS), perguntou se, quando a câmara adjudicou a obra do Cine-Teatro, essa obra estava com financiamento aprovado?

O senhor presidente da câmara esclareceu que a referida obra estava candidatada ao PORA e embora ainda não tivesse sido aprovada, havia um entendimento por parte do Gestor do PORA, no sentido da sua aprovação.

2 - APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: A assembleia tomou conhecimento do Resumo do Diário da Tesouraria n.º 230, de 28/12/2005, tendo o mesmo sido complementado com uma informação verbal do senhor presidente da câmara municipal.

(Doc. três e quatro da pasta anexa)

Deliberação nº 16/AM/2005 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2006 (ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS) E (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES E PLANO PLURIANUAL: Depois de um breve esclarecimento por parte do senhor presidente da câmara e da senhora chefe da DAF, sobre o documento em título, o senhor presidente da mesa, informou que o mesmo iria ser posto à votação. Sob proposta da câmara, aprovada pela deliberação n.º 122/CM/2005, de 19 de Dezembro, a assembleia municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de deliberação em título, tendo os membros do PS, apresentado uma declaração de voto, a seguir transcrita na íntegra:

Declaração de Voto: “Os membros da Assembleia Municipal de Barrancos, eleitos pelo Partido Socialista, decidiram votar favoravelmente os Documentos Previsionais para 2006 (Orçamento, Actividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos).

Após uma análise pormenorizada dos documentos acima citados, constata-se facilmente que, os mesmos traduzem a continuidade dos projectos elaborados e executados, ou em execução, pelo anterior Executivo do Partido Socialista o que, do nosso ponto de vista, revela sensatez e, simultaneamente, muito nos satisfaz, tanto mais que, os mesmos são fundamentais para a melhoria das condições de vida dos Barranquenhos e para o desenvolvimento do nosso Concelho, pelo que, o nosso sentido de voto só poderia ser favorável.”

(Doc. cinco e seis da pasta anexa)

Deliberação nº 17/AM/2005 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA RESPEITANTE AO VALOR DAS TAXAS SOBRE “PRÉDIOS URBANOS” E “PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI”, REFERENTES AO ANO DE 2005: Ao abrigo e nos termos do nº 4 do artigo 112º do Decreto-Lei nº. 287/2003, de 12 de Novembro, a assembleia municipal de Barrancos, sob proposta da câmara municipal (Deliberação nº 120/CM/2005), deliberou, por unanimidade, fixar as seguintes taxas:

- a) A taxa sobre os prédios urbanos seja mantida em 0,7%, a exemplo do ano anterior;
- b) A taxa sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, seja mantida em 0,3%, a exemplo do ano anterior.

(Doc. sete da pasta anexa)

Deliberação nº 18/AM/2005 – DESIGNAÇÃO DE ELEMENTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS PARA A "COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DE BARRANCOS”. Ao abrigo e nos termos do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01/09, e de acordo com o solicitado no ofício n.º 553/DASC, de 11/11/2005, da CPCJ de Barrancos, procedeu-se à

designação por escrutínio secreto dos elementos que vão representar a assembleia municipal na Comissão alargada da CPCJ de Barrancos.

Foram apresentadas duas listas, uma pelo Grupo da CDU, designada com lista A, e outra pelo Grupo do PS, designada como lista B, com a seguinte composição, respectivamente:

Lista A: Emílio Carvalho Domingues, Francisco António Florido Coco Oliveira, Vânia de Jesus Torrado Reganha e Maria da Purificação Carvalho Pica.

Lista B: Carla Elisa Bergano Gomes Pica, Susana Maria Durão Bergano, Mário Francisco Alvares Cavaco e Rosa Jordão Sesinando Ramos Pinto.

Depois de apresentadas as duas listas, foram estas posta à votação, tendo a lista A, obtido nove (9) votos e a Lista B, seis (6) votos. Assim, a assembleia municipal aprovou, por maioria, a Lista A, para os respectivos membros que dela fazem parte, representar a assembleia municipal na Comissão Alargada da CPCJ de Barrancos.

(Doc. oito e nove da pasta anexa)

Deliberação nº 19/AM/2005 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Relativamente a este ponto e, não estando de acordo os membros com a proposta apresentada, foi deliberado, por unanimidade, adiar a aprovação do Regimento para a próxima sessão da assembleia, e apresentar em tempo útil novas propostas.

(Doc. dez da pasta anexa)

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA: Em cumprimento do estabelecido no n.º 5, do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 19/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e do n.º 5 do artigo 24º do Regimento, o senhor presidente da mesa da assembleia questionou os senhores vereadores presentes, se queriam exercer o direito de defesa de honra ou consideração.

O senhor vereador Nelson Berjano, pediu a palavra para intervir, começando por tentar esclarecer a situação da dívida da câmara à data da sua saída do anterior executivo.

Entendeu o senhor presidente da mesa que, sobre este assunto teria o senhor vereador Nelson Berjano oportunidade de solicitar esclarecimentos em reunião de câmara, e que em reunião da assembleia, são os membros desta que têm competências para colocar estas questões.

Assim, e sobre este assunto, o senhor presidente da mesa não autorizou a intervenção do senhor vereador, explicando que a sua honra não tinha sido posta em causa, nem solicitada a sua intervenção pelo senhor presidente da câmara, conforme o artigo 20.º e 24.º do Regimento da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA: A minuta da presente acta foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da mesa da assembleia declarou encerrada a sessão, eram vinte e três horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, assistente administrativo especialista, da DAF/SPEGA servindo de secretário, subscrevi e assino juntamente com o senhor presidente da assembleia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O SECRETÁRIO

/Emílio Carvalho Domingues/

/Francisco José Pelicano Rúbio/